

Panorama e diretrizes da emissão de Autorização para Intervenção Ambiental de atividade de baixo impacto em MG

Alexandra Figueira Monteiro – Semad
Vanessa Coelho Naves - IEF

Outubro - 2020

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

Intervenção Ambiental

- Lei Complementar nº 140/2011
- Lei Federal nº 12.651/2012
- Lei Estadual nº 20.922/2013
- Decreto Estadual nº 47.749/2019



Fonte: atitudesustentaveis.com.br

INTERVENÇÃO AMBIENTAL



Decreto 47.749/2019

Qualquer intervenção sobre a cobertura vegetal nativa ou sobre área de uso restrito, ainda que não implique em supressão de vegetação

INTERVENÇÃO AMBIENTAL



COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO



USO ALTERNATIVO DO SOLO

USO ALTERNATIVO DO SOLO

Decreto 47.749/2019

Substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras formas de ocupação do solo, associadas às atividades minerárias, industriais, agrossilvipastoris, de infraestrutura ou qualquer forma de ocupação humana.



Fonte: ciorganicos.com.br



Fonte: G1 – globo.com



Foto: Bernadete Amado

Fonte: DER MG



HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965



Possibilidade de emissão de autorização para supressão eventual e de baixo impacto ambiental, **assim definido em regulamento**, da vegetação em área de preservação permanente

Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006



Define os **casos excepcionais** em que o órgão ambiental competente **pode** autorizar a **intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP** para a realização de ações consideradas eventuais e de **baixo impacto ambiental**

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012



- **Conceitua** atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental
- A **intervenção ou a supressão** de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente **somente** ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou **de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei**
- Define hipóteses passíveis de autorização, simples declaração ou dispensa

Evolução em relação à Lei nº 4.771/1965
e Res. Conama nº 369/2006

Comparativo

Resolução Conama nº 369/2006	Lei Federal nº12.651/2012
Art. 11. Considera-se intervenção ou supressão de vegetação, eventual e de baixo impacto ambiental, em APP:	Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: X - atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:
I - abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso de água, ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável praticado na pequena propriedade ou posse rural familiar ;	a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável;
II - implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;	b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;
III - implantação de corredor de acesso de pessoas e animais para obtenção de água;	Contemplado na alínea "a"

Comparativo

Resolução Conama nº 369/2006	Lei Federal nº12.651/2012
IV - implantação de trilhas para desenvolvimento de ecoturismo;	c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;
V - construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;	d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;
VI - construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais da região amazônica ou do Pantanal , onde o abastecimento de água se dá pelo esforço próprio dos moradores;	e) construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dá pelo esforço próprio dos moradores;
VII - construção e manutenção de cercas de divisa de propriedades ;	f) construção e manutenção de cercas na propriedade;
VIII - pesquisa científica, desde que não interfira com as condições ecológicas da área, nem enseje qualquer tipo de exploração econômica direta , respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável;	g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais , respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável;

Comparativo

Resolução Conama nº 369/2006	Lei Federal nº12.651/2012
IX - coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, desde que eventual e respeitada a legislação específica a respeito do acesso a recursos genéticos;	h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos;
X - plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais em áreas alteradas, plantados junto ou de modo misto;	i) plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área;
	j) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área;

Comparativo

Resolução Conama nº 369/2006	Lei Federal nº12.651/2012
XI - outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventual e de baixo impacto ambiental pelo conselho estadual de meio ambiente.	k) outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente;

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Estadual nº 14.309, de 19 de junho de 2002



- **Possibilidade de autorização para supressão de vegetação em área de preservação permanente, quando eventual e de baixo impacto ambiental**, conforme definido em regulamento
- Possibilidade de regularização de **ocupação antrópica consolidada**, em área urbana e rural

Decreto Estadual 43.710, de 08 de janeiro de 2004



O IEF poderá autorizar a supressão de vegetação em área de preservação permanente, quando **eventual e de baixo impacto ambiental**, conforme definido em **regulamento específico**, de sua competência

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- **Portarias IEF**
- **Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.804, de 11 de janeiro de 2013 (revogada)**

Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905, de 12 de agosto de 2013



- **Definições**
- **Competências**
- **Previsão de forma de regularização de ocupação antrópica consolidada de edificações e benfeitorias**
- **Lista Atividades dispensadas de autorização, em razão do baixo impacto ambiental**

Conceituação
+
Dispensa

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905, de 12 de agosto de 2013

Art. 19 - São dispensadas de autorização, em razão do baixo impacto ambiental, as seguintes intervenções:

I - Os aceiros para prevenção de incêndios florestais, quando não existir potencial comercial de produção volumétrica de material lenhoso.

II - A extração de lenha em regime individual ou familiar para o consumo doméstico.

III - A limpeza de área ou roçada.

IV - A construção de barragens de retenção de águas pluviais para controle da erosão, melhoria da infiltração das águas no solo, abastecimento humano e dessedentação de animais em áreas de pastagem, desde que não esteja situada em área especialmente protegida e nem impliquem em supressão de vegetação nativa.

V - O aproveitamento de árvores mortas, decorrentes de processos naturais, para utilização no próprio imóvel.

VI - A realização de podas, que não acarretem a morte do indivíduo, bem como a realização de picadas, destinadas à manutenção de estradas e à realização de levantamentos científicos e topográficos.

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905, de 12 de agosto de 2013

VII - A instalação e manutenção de acessos em áreas de preservação permanente para captação de água e lançamento de efluentes tratados que não impliquem na supressão de vegetação nativa, desde que a utilização dos recursos hídricos esteja devidamente regularizada.

VIII - A instalação em áreas de preservação permanente de sistemas de dissipadores de energia para lançamento de água pluvial, adutoras de água, coletores, interceptores, emissários e elevatórias de esgoto doméstico que não impliquem na supressão de vegetação nativa, desde que a utilização dos recursos hídricos esteja devidamente regularizada.

IX - A coleta de folhas, flores, frutos, sementes, partes de plantas, arbóreas ou não, e demais produtos não madeireiros, ressalvados os casos em que haja proteção legal da espécie, desde que cumpram as práticas descritas nos termos de referencia a serem disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad.

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905, de 12 de agosto de 2013

X – A realização temporária de sondagem geotécnica e a caracterização do solo em áreas de preservação permanente, sem supressão de vegetação nativa, para obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento, abastecimento público, energia, contenção de enchentes e encostas.

XI - A recuperação de áreas degradadas e o plantio de espécies nativas com a finalidade de promover a recuperação de APP, respeitadas as obrigações anteriormente acordadas, se existentes, e as normas e requisitos técnicos aplicáveis.

§2º Ressalvados os casos previstos nos incisos VII, VIII, X e XI, a dispensa prevista no caput deste artigo não se aplica às intervenções realizadas em APP e em área de reserva legal.

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013



- Conceitua atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental
- Intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente **somente** ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou **de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei**
- Define hipóteses passíveis de autorização, simples declaração ou dispensa (distribuídas em artigos distintos)
- Reconhece ocupação antrópica consolidada em área urbana e rural

Divergências quanto à
Resolução Conj.
Semad/IEF 1.905/2013:

- Hipóteses de baixo impacto passíveis de autorização
- Hipóteses de dispensa
 - Simples Declaração
 - Ausência de autorização para ocupação antrópica

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Dispensas de autorização previstas na Res. Conj. Semad/IEF 1.905/2013 não mantidas na Lei Estadual nº 20.922/2013

VII - A instalação e manutenção de acessos em áreas de preservação permanente para captação de água e lançamento de efluentes tratados que não impliquem na supressão de vegetação nativa, desde que a utilização dos recursos hídricos esteja devidamente regularizada. (Não previsto na 20.922)

VIII - A instalação em áreas de preservação permanente de sistemas de dissipadores de energia para lançamento de água pluvial, adutoras de água, coletores, interceptores, emissários e elevatórias de esgoto doméstico que não impliquem na supressão de vegetação nativa, desde que a utilização dos recursos hídricos esteja devidamente regularizada. (Não previsto na 20.922)

X – A realização temporária de sondagem geotécnica e a caracterização do solo em áreas de preservação permanente, sem supressão de vegetação nativa, para obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento, abastecimento público, energia, contenção de enchentes e encostas. (Não previsto na 20.922)

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013

Art. 17 – Será respeitada a **ocupação antrópica consolidada** em área urbana, atendidas as recomendações técnicas do poder público.

(Artigo declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais – autos nº [0450045-47.2016.8.13.0000](#). Publicado o dispositivo do acórdão em em 22/9/2017. Trânsito em julgado em 25/10/2018.)

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Deliberação Normativa Copam nº 226, de 25 de julho de 2018



Considerando o disposto no art . 3º, inciso III, alínea “m” da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, **estabeleceu demais atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental para fins de intervenção em área de preservação permanente**

30/05/2019 – Recomendação da Coordenadoria de Controle da Constitucionalidade do Ministério Público do Estado de Minas Gerais ao Copam nas pessoas de seus Conselheiros e ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para adequação

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Deliberação Normativa Copam nº 236, de 02 de dezembro de 2019



- Considerando o disposto no art . 3º, inciso III, alínea “m” da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, **estabelece demais atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental para fins de intervenção em área de preservação permanente**

Deliberação Normativa COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2019

Atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental para fins de intervenção em área de preservação permanente

I – sistemas de tratamento de efluentes sanitários em moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, desde que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa;



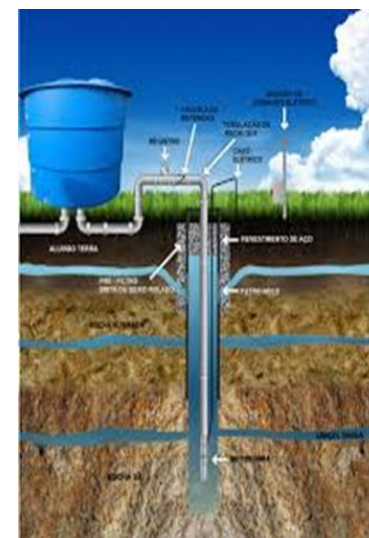
FONTE: <https://alfonsin.com.br/>

II – açudes e barragens de acumulação de água fluvial para usos múltiplos, com até 10 ha (dez hectares) de área inundada, desde que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa;



FONTE: <https://www.cpt.com.br/>

III – poços manuais ou tubulares para captação de água subterrânea, com laje sanitária de até 4m² (quatro metros quadrados), desde que obtida a autorização para perfuração quando couber, e que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa, inclusive para abertura de estradas de acesso;



FONTE: aguapocos.com.br

IV – dispositivo de até 6m² (seis metros quadrados), em área de preservação permanente de nascentes degradadas, para proteção, recuperação das funções ecossistêmicas, captação de água para atendimento das atividades agrossilvipastoris e das necessidades das unidades familiares rurais;



FONTE:acervodigital.ufpr.br



FONTE:muraldooeste.com



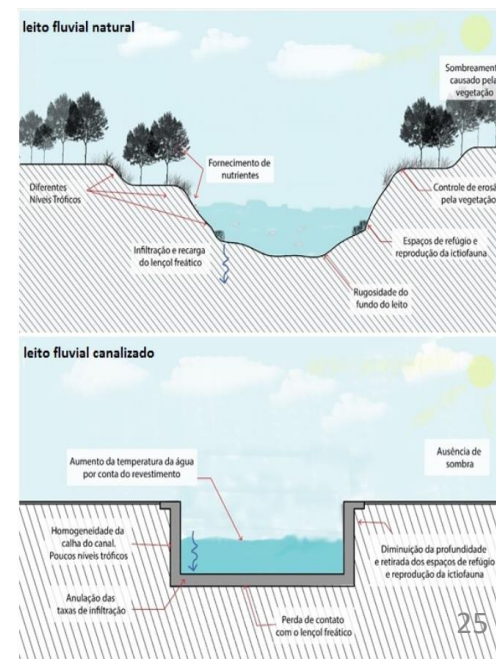
FONTE:tudosantatereza.com.br

V – estrutura para captação de água em nascentes, visando sua proteção e utilização como fontanário público, localizadas em área urbana detentora de iluminação pública, solução para esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial;



FONTE:kekanto.com.br

VI – pequenas retificações e desvios de cursos d'água, em no máximo 100m (cem metros) de extensão, e reconformações de margens de cursos d'água, em áreas antropizadas privadas, visando a contenção de processos erosivos, segurança de edificações e benfeitorias;



FONTE:<https://www.sinageo.org.br/>

VII – travessias, bueiros e obras de arte, como pontes, limitados a largura máxima de 8m (oito metros), alas ou cortinas de contenção e tubulações, em áreas privadas;



Figura 5: Bueiro duplo. FONTE: <https://www.maquinadeaprovacao.com.br/>

VIII – rampas de lançamento, piers e pequenos ancoradouros para barcos e pequenas estruturas de apoio, com ou sem cobertura, limitados a largura máxima de 12m (doze metros), desde que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa;



IX – edificações em lotes urbanos aprovados até 22 de julho de 2008, devidamente registrados no Cartório de Registros de Imóveis, desde que situados às margens de vias públicas dotadas de pavimentação, iluminação pública, solução para esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial;



FONTE:<https://www.portal27.com.br/>

X – rampas para voo livre e monumentos culturais e religiosos nas áreas de preservação permanente a que se referem os incisos V, VI, VII e VIII do art. 9º da Lei nº 20.922 de 16 de outubro de 2013, limitados a 5.000m² (cinco mil metros quadrados), incluídas as infraestruturas de apoio, desde que não haja supressão de maciço florestal.



FONTE: <http://www.guia4ventos.com.br/rampas-do-brasil/>



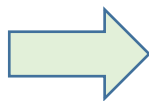
FONTE: tvminas.com

HISTÓRICO – Intervenção Ambiental de Baixo Impacto

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro de 2019

- Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências
- **Intervenção ambiental em APP** somente poderá ser autorizada nos casos de utilidade pública, de interesse social e de atividades eventuais ou de **baixo impacto ambiental**, devendo ser comprovada a **inexistência de alternativa técnica e locacional**
- Simples Declaração
- Hipóteses de Dispensa
- Compensações ambientais



Aplicáveis a todas as intervenções ambientais autorizáveis, ainda que para atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, ressalvadas as intervenções para manejo sustentável ou exploração de Sistemas Agro Florestais, exceto quando definido expressamente em legislação específica

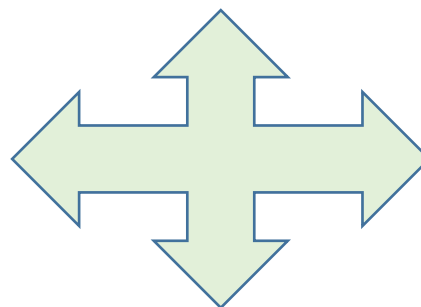
Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro de 2019

Compensações por intervenções ambientais

- Pelo corte ou supressão de vegetação primária ou secundária em estágio médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica - Lei Federal nº 11.428/2006, e Decreto Federal nº 6.660/2008
- Por supressão de vegetação nativa por empreendimentos minerários - art. 75 da Lei nº 20.922/2013
- Pelo corte de espécies ameaçadas de extinção
- Por intervenção em APP - art. 5º da Resolução CONAMA nº 369/2006

Atividade eventual ou de baixo
impacto ambiental

Localização da
intervenção –
área comum ou
de uso restrito



Condição do
requerente – se
pequena
propriedade ou
posse rural familiar

- Autorização para
intervenção ambiental
- Simples Declaração
 - Dispensa

**AUTORIZAÇÃO PARA
INTERVENÇÃO AMBIENTAL**



Autorizações
desvinculadas de
Licenciamento Ambiental
ou vinculadas à
Licenciamento Ambiental
Simplificado



Autorizações integradas ao
Licenciamento Ambiental
Trifásico ou Concomitante

COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO

Autorização não vinculada ao Licenciamento

ÁREA URBANA



MUNICÍPIO

órgão ambiental/
CODEMA

ÁREA RURAL
ÁREA URBANA
(Supletiva)



ESTADO: IEF

Autorização vinculada ao Licenciamento

ÁREA RURAL
ÁREA URBANA



ORGÃO LICENCIADOR

EXCEÇÃO – MATA ATLÂNTICA
E ESPÉCIES PROTEGIDAS

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÕES DE BAIXO IMPACTO: Documentação a ser apresentada

- Formulário de Requerimento de intervenção ambiental;
- Documentação de identificação do responsável pela intervenção ambiental;
- Documentação de identificação do proprietário ou possuidor do imóvel objeto da intervenção ambiental;
- Procuração, quando for o caso;
- Carta de Anuência, quando a propriedade pertencer a mais de um proprietário;
- Contrato de arrendamento, comodato ou outro, quando for o caso;
- Certidão de inteiro teor, ou documento que caracterize a Posse por Justo Título ou Declaração de Posse por Simples Ocupação;
- Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural- CAR;
- Planta topográfica ou planialtimétrica com respectiva ART, contendo: área total do imóvel; uso e ocupação do solo; área objeto do requerimento; e arquivos digitais;
- Plano de Utilização Pretendida – Projeto técnico da obra;
- Estudos técnicos que comprovem a inexistência de alternativa técnica e locacional, elaborado por profissional habilitado;
- Proposta de Compensação - Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF;
- Comprovante de pagamento da Taxa de Expediente e Taxa Florestal se necessário.

Desde de 27/04/2020 os processos de intervenção ambiental dirigidos ao IEF serão recebidos exclusivamente pelo SEI!MG.

As orientações para formalização estão disponíveis no endereço:

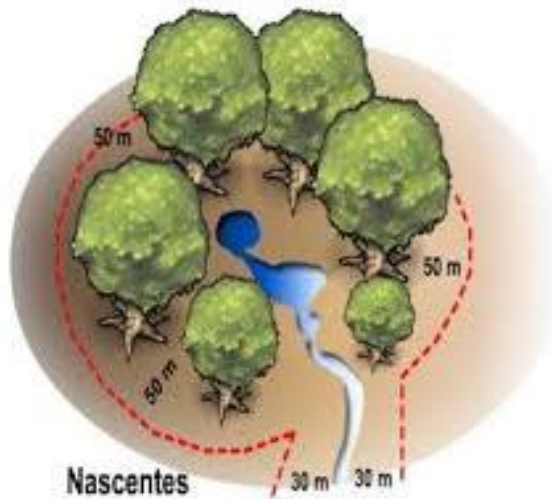
<http://www.ief.mg.gov.br/autorizacao-para-intervencao-ambiental>

Sinaflor - Caso a intervenção ambiental tenha supressão de vegetação nativa, deverá cadastrar previamente a solicitação no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor. Para mais informações, [clique aqui.](#)

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÕES DE BAIXO IMPACTO: Análise dos requerimentos

- Análise jurídica da documentação apresentada;
- Verificação do enquadramento da atividade nas hipóteses passíveis de autorização;
- Verificação de regularidade das áreas de Reserva Legal e condições das áreas de preservação permanente, conforme Cadastro Ambiental Rural;
- Análise do projeto de intervenção;
- Análise de alternativa locacional;
- Verificação da necessidade de Reposição Florestal;
- Análise da proposta de compensação.

INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA - RESSALVAS



Fonte: Prefeitura de Sorocaba

Art. 12. § 2º A supressão da vegetação nativa em APP protetora de nascente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública



Fonte: www.caliandradocerrado.com.br

Decreto Estadual nº 46.336/2013 –
(Vereda) utilidade pública,
dessedentação de animais e
consumo humano

MATA ATLÂNTICA

FORMAS DE COMPENSAÇÃO TRAZIDAS PELO ART. 75 DO DECRETO 47.749/2019



Área equivalente à área de intervenção em APP

- I – recuperação de APP na mesma sub-bacia hidrográfica e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios;
- II – recuperação de área degradada no interior de Unidade de Conservação de domínio público Federal, Estadual ou Municipal, localizada no Estado;
- III – implantação ou revitalização de área verde urbana, prioritariamente na mesma sub-bacia hidrográfica, demonstrado o ganho ambiental no projeto de recuperação ou revitalização da área;
- IV – destinação ao Poder Público de área no interior de Unidade de Conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, desde que localizada na mesma bacia hidrográfica de rio federal, no Estado de Minas Gerais e, sempre que possível, na mesma sub-bacia hidrográfica.

DISPENSAS DE AUTORIZAÇÃO

- os aceiros para prevenção de incêndios florestais,
- a extração de lenha em regime individual ou familiar para o consumo doméstico;
- a limpeza de área ou roçada (**aplicável somente para área comum ou APP consolidada**);
- a construção de bacias para acumulação de águas pluviais, em áreas antropizadas;
- o aproveitamento de árvores mortas em decorrência de processos naturais, para utilização no próprio imóvel, não sendo permitida sua comercialização ou transporte;
- a abertura de picadas e a realização de podas que não acarretem a morte do indivíduo;
- a instalação de obras públicas que não impliquem em rendimento lenhoso;
- a coleta de produtos florestais não madeireiros (**considerada de baixo impacto**);
- a execução de práticas de conservação do solo e recuperação de APPs, por meio do plantio de essências nativas regionais, de reintrodução de banco de sementes, de transposição de solo, respeitadas as normas e requisitos técnicos aplicáveis;
- execução, em APP, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes;
- o manejo sustentável da vegetação da Reserva Legal (**aplicável somente para RL**);
- **Continuidade de atividades em Área Rural Consolidada – Análise no CAR**
- **As atividades de baixo impacto sujeitas a Simples Declaração.**

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE CONSOLIDADA

Lei nº 20.922/2013.

I – área rural consolidada a **área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008**, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

Nas APPs é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas, respeitadas as faixas de recomposição obrigatórias previstas no art. 16 da [Lei nº 20.922, de 2013](#).

É admitida a manutenção da infraestrutura associada às atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural e das residências e benfeitorias, inclusive seus acessos, nas APPs em áreas rurais consolidadas, independentemente das faixas de recomposição obrigatórias.

O Conceito de área consolidada não se aplica a áreas urbanas, cujas intervenções deverão ser regularizadas como baixo impacto conforme inciso IX da DN Copam 236/2019.

IX – edificações em lotes urbanos aprovados até 22 de julho de 2008, devidamente registrados no Cartório de Registros de Imóveis, desde que situados às margens de vias públicas dotadas de pavimentação, iluminação pública, solução para esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial;

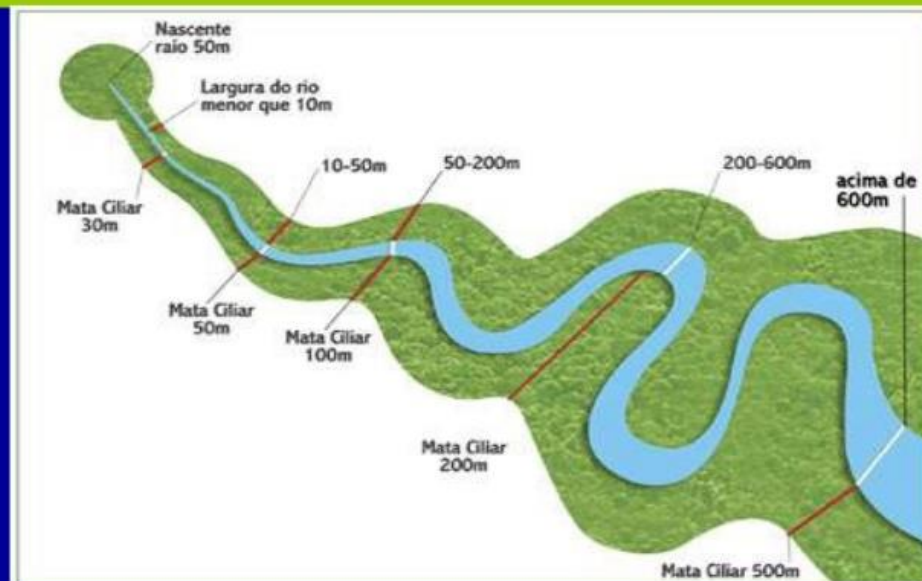
Faixas de recuperação obrigatória

REGRA DA ESCADINHA PARA RECOMPOSIÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES

Tamanho da propriedade (imóvel ou posse rural)		Módulos Fiscais - MF				
		Até 1	1 a 2	2 a 4	4 a 10	> 10
Largura do rio		Qualquer	Qualquer	Qualquer	Até 10 m	>10 m
Obrigação mínima recompos. da APP	Rios	5 m	8 m	15 m	20 m	30 m a 100 m
	Nascentes	15 m				
	Lagos	5 m	8 m	15 m	30 m	
	Veredas	30 m			50 m	

Tamanho da propriedade: Pequena (até 4 MF), Média (4 a 15 MF) e Grande (> 15 MF)

APP - Nascentes e ao longo dos rios ou curso d'água



SIMPLES DECLARAÇÃO

A Simples Declaração foi instituída pelo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012) e também foi prevista na Lei Estadual nº 20.922/2013, tendo sido regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.749/2019. Ela substitui a autorização para intervenção ambiental em alguns casos considerados como eventuais ou de baixo impacto, para pequena propriedade ou posse rural familiar (que se enquadrem na Lei 11.326/06) ou propriedades abaixo de 4 módulos fiscais que desenvolvam atividade agropecuária, desde que o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

A Simples Declaração se aplica à todas as intervenções consideradas eventuais ou de baixo impacto, passíveis de autorização para intervenção ambiental, listadas na Lei nº 20.922 de 2012 e na Deliberação Normativa Copam nº 236 de 2019.

Não se aplica a áreas urbanas!

Art. 52. A intervenção e a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, previstas no inciso X do art. 3º , excetuadas as alíneas b e g, quando desenvolvidas nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º , dependerão de simples declaração ao órgão ambiental competente, desde que esteja o imóvel devidamente inscrito no CAR.

- 1- As intervenções sujeitas a simples declaração que implicarem em supressão de vegetação deverão informar o rendimento lenhoso para fins de recolhimento da Taxa Florestal nos termos da Lei nº 4.747 de 9 de maio de 1968.
- 2- As simples declarações passíveis de regularização do uso de recursos hídricos somente produzirão efeito após sua obtenção.
- 3- deverá ser recolhida reposição florestal obrigatoriamente quando o material lenhoso gerado for destinado para comercialização e não for proveniente de plano de manejo.

Conforme o disposto no § 1º, do Art. 34 do Decreto 47.749 de 2019, não cabe Simples Declaração às situações previstas nas alíneas “b” e “g” do inciso III do art. 3º da Lei nº 20.922, de 2013.

“b) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos;

g) a pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável”

Para realizar a Simples Declaração, o interessado deverá acessar o SEI!MG para usuários externos e realizar o peticionamento eletrônico na Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade – URFBio responsável pelo município onde será realizada a intervenção, juntando a seguinte documentação:

- 1 – cópia de documento de identificação do declarante;
- 2 – recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR;
- 3 – comprovante de pagamento de Taxa Florestal, conforme Lei 4.747 de 1968, quando couber;
- 4 – documento emitido por órgão competente que comprove a condição declarada, no caso específico de construção de moradia de agricultor familiar, remanescente de comunidade quilombola e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais.

Desde 27/04/2020 os processos de simples declaração serão recebidos exclusivamente pelo SEI!MG.

Orientações no endereço: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2956-simples-declaracao>

OBRIGADA!

alexandra.monteiro@meioambiente.mg.gov.br

vanessa.naves@meioambiente.mg.gov.br